

Pobreza ou pobreza? Uma discussão acerca das múltiplas abordagens da pobreza

A discussão acerca da pobreza vem ganhando cada vez mais relevância no Brasil e no mundo, seja por meio da academia, de agências internacionais ou da mídia. O debate gira em torno de novas formas de mensuração, de políticas públicas focalizadas ou universais, da análise das causas, do impacto do mercado de trabalho, do perfil dos pobres, entre outros. Uma questão por trás deste debate se refere ao conceito da pobreza como fenômeno de várias dimensões.

Nos últimos anos criou-se um consenso em relação ao caráter multidimensional da pobreza. A sua redução à renda, mesmo que para efeitos de mensuração, passou a ser criticada como inadequada para o entendimento de uma questão tão complexa. Novas formas de medida foram criadas, testadas ao redor do mundo e discutidas em encontros internacionais. Entretanto, não há um consenso sobre quais seriam estas dimensões ou qual a melhor forma de medi-las. Isso ocorre devido, principalmente, às diversas abordagens no qual o conceito de pobreza está inserido. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é discutir como se chegou à idéia de pobreza multidimensional, dando ênfase a quatro abordagens principais – renda, necessidades básicas, capacidades e exclusão social.

A pobreza entendida enquanto destituição das condições mínimas de sobrevivência em uma dada época sempre existiu e não constituía, nas palavras de Robert Castel (1998, p. 41), uma questão social a ponto de provocar uma ameaça de ruptura na coesão da social. Com o advento da Revolução Industrial, ocorreu um fato que intrigou os cientistas sociais da época: ao lado do crescimento do estoque de riqueza, também crescia a pauperização da sociedade.

Acompanhando a dinâmica da questão social, o conceito de pobreza vai se transformando do século XIX para o século XX e XXI de mera privação das condições de subsistência a tema central da própria questão social. A discussão não mais se resume ao seu caráter absoluto ou relativo, mas as múltiplas dimensões que este fenômeno possui. A importância desta discussão se refere à definição ser apenas o primeiro passo para a adoção de políticas que visem o seu combate. As diferentes abordagens podem levar a diferentes formas de mensuração e refletem diferentes percepções da realidade. Laderchi et al enfatizam que definições claras da pobreza são fundamentais para a elaboração de políticas de desenvolvimento, e definições diferentes vão levar a opções políticas distintas. Apesar disso, não há um consenso em relação a elas.

Atualmente a definição de pobreza como insuficiência de renda é a mais utilizada e está diretamente relacionada com a possibilidade de mensuração daquela ao se converter em termos monetários certas necessidades consideradas mínimas. Neste caso a renda seria uma proxy daquelas, permitindo a quantificação do número de pobres e a comparação intertemporal. Para isso é calculada uma linha de indigência baseado na quantidade mínima de calorias necessárias para a sobrevivência, enquanto a linha de pobreza agrega a esse cálculo o suficiente para a satisfação de certas necessidades. Assim, aqueles que estão abaixo da linha de indigência não teriam recursos suficientes para atender suas necessidades nutricionais e os que estão abaixo da linha de pobreza são

considerados pobres, podendo ou não estar na situação de fome a depender da sua distribuição abaixo da linha. Outras formas de cálculo são a utilização de uma linha de corte como o meio salário mínimo (com faz o governo federal) ou um percentual da renda per capita (como na Europa). Todas essas alternativas possuem limitações que devem ser observadas no momento da análise das questões referentes à pobreza.

A definição de pobreza com base na privação de necessidades passou a ser utilizada pelos organismos internacionais a partir da década de 70 e tem como principal vantagem a retirada da renda como elemento central para uma abordagem mais multidimensional da pobreza (ROCHA, 2003). Nela, é pobre aquele que não tem acesso a certas necessidades básicas, como habitação, esgotamento sanitário, água encanada e educação. Apesar de esta idéia estar presente no cálculo da linha de pobreza, a diferença aqui é a utilização de indicadores respectivos às necessidades abordadas, como escolaridade e analfabetismo para educação, e tipo de residência para habitação.

Segundo Amartya Sen, pioneiro na abordagem da privação de capacidades, a pobreza pode ser definida como privação da capacidade de realizar *functionings*, sendo que estes “podem variar dos elementares, como a ser adequadamente nutrido e livre de doenças, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio” (SEN, 2000, p. 95). Sen salienta que a importância desta abordagem é a relevância dada a *capacidade* de realizar os *functionings*, enquanto a abordagem baseada na privação de necessidades básicas ressalta apenas os *functionings realizados* (ibid, p. 90). Dessa forma, em vez de ser visto como a maximização de utilidades passíveis de análise através da renda, o desenvolvimento deve ser visto como ampliação das capacidades humanas.

Segundo alguns autores, a pobreza é entendida modernamente como exclusão social, sendo esta uma definição mais ampla que as concepções anteriormente citadas. Essa ampliação se refere à colocação no centro das discussões elementos usualmente discutidos no âmbito da sociologia, como perda de identidade e status social, dificuldade de socialização, ausência de autonomia, entre outros. Essa abordagem possui uma dificuldade inicial encontrada nas abordagens das necessidades básicas e das capacidades: quais são as dimensões que devem ser analisadas. Ela vai além destas duas ao incluir os elementos destacados acima, mas torna mais difícil ainda a possibilidade de mensuração e análise.

As três últimas abordagens ampliam o entendimento da pobreza ao analisá-la de forma multidimensional. Entretanto, existem outras possibilidades utilizadas por diferentes institutos de pesquisa e pesquisadores, como a pobreza política (Demo), a pobreza crônica (CPRC), que, de certa forma, estão contidas nas abordagens apresentadas.

Ainda que haja discordância em qual seria a forma mais adequada de mensuração, há pouco desacordo acerca da necessidade de se conceber a pobreza como algo além da renda. Mesmo as críticas se referem ao risco de ao empregá-la (a pobreza de forma mais ampla) substituir outros conceitos relevantes no debate social, mas não da sua adequação em descrever a complexidade da realidade. Um consenso sobre qual seria a definição da pobreza é impossível, dado o seu caráter subjetivo e complexo, mas isso não impede que o tema seja explorado com o objetivo de melhor o entender, mensurar e combatê-lo.